

Presentes: Nayara, Roberto, Rosely, Maria Helena, Neide, Joana, Carla, José Paulo, Lucio, Rosa, Clarice, Lourdes.

Justificaram a ausência: Silas e Rita

Pauta:

1. Análise da situação da Pandemia

2. Falta de Medicamentos nos Serviços a partir do relato dxs conselheirxs

1. Avaliação da Pandemia

- Neide informa que o seu distrito tem feito a divulgação dos casos na região. Ela não tem os dados, mas sabe que são muitos os casos. A favela do Araújo é uma das regiões muito acometida. Tem observado e ouvido que as pessoas continuam na rua, mesmo pessoas que deveriam estar em isolamento por estarem sintomáticas. Recebem a orientação para ficarem em casa, mas não obedecem.
- Roberto confirma que, segundo o que vem acompanhando dos dados, a velocidade de crescimento de casos vem aumentando e expandindo principalmente nas regiões mais pobres e vulneráveis, onde a taxa de letalidade se mostra maior em todos os lugares.
- Lucio avalia que, em sua opinião, não há uma análise realista da situação, quando não informações contraditórias como, por exemplo, sobre os leitos da AME: eram nossos, agora são do estado. Preocupa-se com a taxa de ocupação de leitos, já em 98%. Campinas está encaminhando pacientes para S. Paulo. Pondera que um sinal de piora é que as pessoas doentes estão mais próximas de cada de nós. Ou seja, é provável que cada um de nós já conheçamos pelo menos uma pessoa contaminada ou eventualmente alguém que já tenha morrido. Questiona também o fato de que Campinas não tem feito descontaminação de ruas, quando se sabe de outras cidades estão fazendo ações desse tipo com produtos químicos.
- Nayara relata duas experiências muito interessantes, dos Centros de Saúde São Quirino e São Marcos, tomando iniciativas, fazendo ações por conta própria de educação popular em saúde na Pandemia. Foram para ruas com carros de som, bem como saem paramentadas e conversam com a população. A prefeitura tem feito boletins para divulgar na internet, mas não tem sido suficiente. Atinge pouco a população, principalmente as mais vulneráveis. Há que se conversar com as pessoas, fazer outdoors, chamadas na TV em horário nobre etc. (combinações de várias estratégias).
 - Embora tenhamos insistido com a testagem em massa, isso não está sendo realizado, o que permitiria detectar os positivos e isolá-los. A população não vê que é grave a situação.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

- Clarice relata que no Distrito Sudoeste criaram um grupo que incluiu a Secretaria de Educação e estão buscando ações para convencer as pessoas permaneçam em casas. Uma das ações é a solicitação que as unidades de saúde façam cartazes, faixas etc. para distribuição em locais de grande permanência de pessoas. Essas ações pretendem provocar impacto, pois as de comunicação da Secretaria de Saúde não tem produzido. Outras atividades são: um sarau com o Tear das Artes, todos os domingos (virtual - serão compartilhados conosco); oficinas de compostagem e artesanato; artigos nos jornais da região e rádios com orientações de como fazer isolamento nos condomínios, exercícios em casa, higienização, etc.
- Lourdes informa que está participando nas reuniões do CMI. Na última reunião o tema foi as Instituições de Longa Permanência: são 116 oficiais + 6 co-financiados, com mais de 2000 idosos residentes. Tem sido difícil acompanhar essa comunidade. Sabe-se que já houve óbitos num universo de 28 ILS. O CMI tem recomendado separar os idosos contaminados na própria casa. Também foi aventada a possibilidade de se isolá-los no hospital de campanha. Outra possibilidade é de retirar os idosos não contaminados das casas.
 - Relata também a situação de uma pessoa acamada com muitas dores, que tem buscado atendimento na unidade de saúde e não tem conseguido.
 - Sobre os asilos irregulares, foi proposto um comitê do CMI com participação da vigilância para averiguar essas casas e verificar o que está sendo impedimento para regularizá-las, apoiando-as nessa tarefa.
 - Pondera que há, por parte do CMI, uma grande preocupação com a desinfecção, com os funcionários que estão afastados, acompanhamento médico, etc.
- Joana relata que na região dos Amarais está muito difícil convencer o povo em relação aos cuidados que deveriam ter ou permanecer em casa. O carro de som que passou foi bom, porém foi por pouco tempo. Não há divulgação por parte da prefeitura. Tem se restringido as lives do prefeito, que poucos veem.
 - Relata que a coordenadora do CS Mônica não queria divulgar o boletim da prefeitura, pois tem medo de assustar a população. Só a partir de segunda feira ficaram sabendo dos casos no Santa Monica, pois a coordenadora escondia a situação. Em reunião com o Conselho tem discutido as estratégias para retirar as pessoas da rua, mas sem sucesso. Na rua em que mora já morreram 3 pessoas e tem muita gente em isolamento total e muitos casos, de ponta a ponta na rua. A Ceasa tem muita gente trabalhando e tem muitas pessoas infectadas. Não há vigilância nesse espaço e não há cuidados com os trabalhadores de lá.
- Nayara se mostra preocupada com os depoimentos que considera apavorantes. Sobre as ILPI há a necessidade de se afastar as pessoas contaminadas utilizando-se, por exemplo, dos hotéis, atitude que a prefeitura nunca tomou, o que é um absurdo. Se uma favela pode organizar, a exemplo de Paraisópolis, que conseguiu tirar as pessoas das casas e isolar os casos positivos, mais poderia fazer

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

o poder público se houvesse disposição para isso. Gostaria de saber da Clarice se os conselheiros, em cada distrito, não poderiam ser estimulados para fazer um trabalho nesse sentido.

- Clarice responde que a proposta que ela relatou foi estimulando todos os conselheiros a participarem, espalhando para todos os conselhos locais. Muitos aderiram e estão contribuindo.
- Lucio propõe como encaminhamento que se sugira à prefeitura a proposta de higienização das ruas e de ampliar a comunicação, buscando maneiras de atingir melhor a população mais pobre.
- Roberto sugere compilar as várias experiências positivas e colocar em discussão no MOPS, CLS, conselhos distritais, entre outros.

2. A questão da falta de medicamentos.

- Foi solicitado a cada conselheiro presente que relatasse as informações colhidas sobre a falta de medicamentos desde a nossa última reunião.
- Lourdes inicia referindo que sabe que está faltando Losartan. No grupo do distrito foi dito que não estava em falta, porém não chegou no seu CS. Vários usuários relatam que vão nos centros de saúde e lá nem sempre encontram os remédios que necessitam, embora ela não saiba quais são.
 - Os usuários cobram que o conselho tome providências, como se fossemos os responsáveis pela falta deles.
 - Segundo a prefeitura tem 80% de todos os medicamentos, porém levantamento recente, feito pelos conselheiros, mostra que em março só tinha 20% da lista nas unidades de saúde.
- Lúcio relata que por 3 vezes procurou o CS Oziel e nunca encontrava os medicamentos que usa, só os conseguindo nessa quarta-feira. Sugere que deva se cobrar do Ministério Público que a prefeitura garanta os medicamentos que faltam nas farmácias.
- Rosely informa que no início da pandemia começaram a distribuir medicamentos para 3 meses. Só que a prefeitura não tinha estoque para esse período e como os remédios chegam em quantidade menor que a necessária, logo fica zerado.
- Nayara faz um relato sobre a falta de medicamentos na rede:
 - é crônica e já perdura há anos;
 - as explicações são sempre as mesmas: licitação que atrasou, atrasos nos pagamentos de fornecedores, licitações vazias etc.
 - Em 2004 foi aprovada uma lei, segundo a qual os coordenadores deveriam expor em lugar acessível a lista de medicamentos em falta, porém a Secretaria de Saúde proibiu.
 - Em janeiro de 2019 foi votada, pelo Conselho Municipal, uma resolução que obrigava a Secretaria cumprir a lei. Porém nunca foi publicada em diário oficial e sequer divulgada entre os conselheiros.
 - O CMS recorreu-se à promotoria para que se exigisse a publicação da resolução e cumprimento da lei. Entretanto a Secretaria argumentou que seria muito papel e era antiecológico, o que foi aceito pela promotora e, portanto, a Secretaria não foi obrigada a

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

cumprir a lei, de tal modo que a prefeitura publica apenas no site, porém de maneira torta, pois se tem medicamentos em 10 serviços não é considerado em falta.

- Fizemos um boletim com os dados de falta de medicamentos que conseguimos obter com a ajuda de profissionais aliados, mostrando ser grande a falta. Toda essa argumentação foi reencaminhada à promotoria para reabrir o caso e dia 15/07 tem-se uma audiência a respeito.
- Informa ainda que o conselho fiscal solicitou acesso a senha e login desses dados, a Secretaria concordou em nos enviar, porém não cumpriu até o momento. Temos tentado atualizar a lista de faltas, o que é muito difícil, pois dependemos de se ter pessoas de confiança que possam fazer o levantamento. Como os dados que estão no site não são confiáveis, está muito difícil de se obter a informação correta.
- Neide considera indignante dizer que quando tem em 10 unidades não está zerado. Considera falta de vergonha tal tipo de informação.

Encaminhamentos:

- a) pedir no Conselho Distrital pautas para discussão do tema, apresentando os itens e a disponibilidades deles no estoque do almoxarifado e nas farmácias da unidades.

3. Informes

- Nayara informa que não aconteceu a última reunião do pleno pela falta de interprete de libras. Como forma de protesto e para que se resolva para as próximas reuniões, fizemos muitas movimentações: vídeos, imprensa, ministério público, apoio do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência etc. Ainda não há garantia que os teremos para a próxima reunião. Para nos prevenirmos foi deliberado pela executiva do Conselho fazer uma Vaquinha para bancar a presença deles, de tal modo a que não tenhamos que suspender mais uma reunião.